

Texto que serviu de base à intervenção da Procuradora-Geral da República na abertura da Conferência Internacional *Corrupção, um combate de todos para todos*

Senhora Ministra da Justiça,

A Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público muito agradecem a honra que nos concede em presidir à sessão de abertura desta conferência internacional, subordinada ao tema *Corrupção, um combate de todos para todos*.

A presença de V^a Excelência é tanto mais significativa quanto a importância do tema se nos revela atualmente como um dos desafios mais interpelantes das sociedades democráticas desenvolvidas, tributárias dos direitos humanos. Desafio a exigir compromissos éticos, políticos e comunitários. A exigir políticas estruturadas promotoras da transparência e do rigor das contas públicas, bem como da responsabilização dos titulares dos órgãos públicos. Desafio a exigir uma clara distinção entre a ação do Estado, a gestão da coisa pública e os interesses financeiros e económicos de privados. Desafio que pressupõe uma profunda consciência cívica, fundada na recusa da utilização abusiva do aparelho de Estado por cumplicidades espúrias e alheias ao interesse público.

A corrupção e a criminalidade económico-financeira não se reconduzem, pois, a meras questões do domínio do judiciário.

Constituem-se, hoje, como preocupações centrais da comunidade. Pelas consequências perniciosas para a democracia, para o desenvolvimento e para a igualdade. Como bem sinalizam os últimos relatórios do Conselho da Europa, da OCDE, das Nações Unidas e do FMI, entre outros de organizações internacionais reconhecidas.

No ano passado, por ocasião do dia internacional contra a corrupção, apresentámos o *Programa de Ação do Ministério Público contra a Corrupção*. Programa norteador da atividade que temos vindo a desenvolver.

Hoje, e também por ocasião do dia internacional contra a corrupção, apresentamos o Projeto *Ehtos*.

Cientes da complexidade e da sofisticação da criminalidade económico-financeira, da corrupção e da demais criminalidade conexas, impõe-se-nos a obrigação de aprofundar os conhecimentos sobre as realidades subjacentes aos fenómenos criminosos em causa, bem como o dever de aperfeiçoar os conhecimentos técnicos jurídicos e as metodologias de investigação.

Estou certa de que esta Conferência contribuirá para alcançar tal desiderato.